

Censos de 1872 e 1940: A transição para o trabalho livre e a composição demográfica dos estados de Minas Gerais e São Paulo

Ana Clara Alves Leite¹
Guilherme Henrique Barbosa²
Luiz Gustavo Santos Martins³
Marília Persechini Mendes⁴
Rafael dos Santos Vieira⁵
Tallita Ertal de Oliveira⁶
Thamiris Fernandes Rodrigues⁷

RESUMO

Este artigo compara a composição demográfica dos estados de Minas Gerais e São Paulo, no período pós-abolição, utilizando como fontes os censos de 1872 e 1940, que trazem dados sobre a composição étnica e racial do Brasil monárquico e republicano, respectivamente. Destaca-se, dessa forma, como a mão de obra empregada na transição para o trabalho assalariado, constitui o quadro social destes estados, visto que o estado de Minas Gerais, assim como a maior parte do país, empregou amplamente o trabalhador nacional, ao contrário de São Paulo, onde a mão-de-obra estrangeira foi dominante. Cabe ressaltar, que os dados estatísticos apresentados neste artigo contribuem para compreensão de um período marcado pelas mudanças e crises sociais significativas Pós-escravidão na História do Brasil.

Palavras-Chave: Palavra Censo. Mão de obra. Trabalho assalariado. Minas Gerais. São Paulo.

Introdução

Abordar as relações de trabalho nas Minas setecentistas permite ao pesquisador distintas abordagens para análise. Neste referido artigo acadêmico, o objetivo é abordar como o mercado livre do trabalho se comporta nos estados de Minas Gerais e São Paulo, no período de 1872 a 1940. De tal forma, pretende-se utilizar as fontes como forma de comparar o desenvolvimento populacional, étnico e racial das duas potências econômicas do mercado exportador e importador do Brasil Imperial e Republicano.

¹Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: alves.anaclara@hotmail.com

²Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: guilhermehenrique4@outlook.com

³Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: luizgustavokw@gmail.com

⁴Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: marilia.pmendes@gmail.com

⁵Pós-Graduando do Programa Lato Sensu MBA em Gestão Escolar da USP / ESALQ. Graduado Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: srafael730@gmail.com

⁶Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: ertaltl@gmail.com

⁷Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: thami.fernandes12@gmail.com

Nesse cenário, Minas se posicionou, em caráter econômico, de modo que não perdeu sua influência na política e, dessa forma, a população mineira recriou o conceito de trabalhadores livres, tornando-se a principal fonte da produção aurífera e agrícola. Desse modo, uma província com o maior contingente de escravos se transmutou na nova realidade da sociedade, no qual um grande número de ex-escravos passou a ficar sem ocupações, e, consequentemente, os grandes senhores de engenho tiveram sua produção atingida. A referida explicação se encontra na discussão da criação de políticas sociais de permanência que o cotidiano das Minas proporcionou aos seus habitantes, de forma a demonstrar que o destaque dado às Minas Setecentistas se pauta na prioridade da província em destinar novas ocupações aos homens e mulheres que foram escravizados, de forma a não perderem esse contingente populacional.

No que tange à política, cabe discutir como o café se tornou importante para o poder político dos dois estados que são o objeto de estudo neste artigo. Minas Gerais e São Paulo não detém, nesse período, somente um poder político, em razão do café e da cana de açúcar, mas sim uma influência, que está representada na densidade populacional desses estados. O estado de São Paulo se apresenta como uma potência que pode interligar a economia nacional com a Europa, de modo que as principais decisões econômicas de exportação passam pelo estado paulista desde o século XIX. Enquanto isso, o estado de Minas Gerais detém ideias políticas que ultrapassam o pensamento nacional concentrado no Rio de Janeiro, como, por exemplo, a vinda do modernismo na construção da capital mineira inspirada na cidade das luzes.

Ao final deste artigo, pretende-se apresentar os desafios encontrados no decorrer da referida pesquisa temática, bem como as análises de desenvolvimento populacional e do trabalho no estado de Minas Gerais até a contemporaneidade. Sabe-se que a composição da economia e do trabalho em Minas Gerais perpassa em três eixos: produção agrícola, minério e indústria. Esses diferentes pólos construídos ao longo do tempo histórico apresentam peculiaridades, principalmente no que tange ao recrutamento de mão-de-obra, no qual, em maioria, a principal preocupação se refere ao custo que esse trabalhador possa gerar ao empresariado. Pode-se perceber assim, que, desde o Século XIX, a principal preocupação na inclusão da mão-de-obra livre é em relação aos custos que os grandes senhores teriam com esses trabalhadores, diante de uma nova realidade cotidiana.

Censos de 1872 e 1940: a transição para o trabalho livre e a composição demográfica dos estados de Minas Gerais e São Paulo

Os anos finais do século XIX até meados do século XX representam os períodos de transição e consolidação da ordem capitalista no Brasil. Um dos aspectos que explicita de forma mais profunda essa mudança nos modos de produção é a transformação da mão-de-obra, que no sistema capitalista, é tratada como mercadoria. Dessa forma, levantam-se questionamentos sobre a maneira como deve ocorrer a transição do trabalho escravo para o livre e, ao estudar o período republicano até a metade dos novecentos, principalmente a questão da mão-de-obra empregada no processo pós-abolição, precisamos ter em mente o contexto externo e interno, no qual o país estava inserido no processo de transição capitalista. Segundo Lanna (1986):

A transição capitalista em questão se define pela nova divisão internacional do trabalho, base das relações imperialistas; pela crise dos anos 80, pela expansão do movimento internacional de capitais e, no plano interno, pela expansão da cafeicultura, que determinou profundas alterações na estrutura econômica e social. Este processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela conjunção dos fatores citados, penetra e domina de novas formas a economia social (LANNA, 1986, p. 73).

Dessa maneira, ao estudar a estrutura econômica do período, é preciso também perceber os reflexos que esta produziu na organização da sociedade brasileira. Ao analisar os dados demográficos do Censo de 1940, é possível perceber como as soluções encontradas para a substituição da mão-de-obra em diferentes estados refletiu na composição da população, principalmente nos aspectos relacionados à raça e à população imigrante.

Os recortes adotados para a realização deste estudo foram os estados de Minas Gerais e São Paulo, entre os anos 1872 e 1940. Essa escolha decorre, principalmente, pela disparidade das diferenças encontradas nos dados referentes à composição da população em relação à declaração de cor, com Minas concentrando uma população preta e parda muito maior que a de São Paulo. A última constatação nos levou a investigar os dados sobre imigração, que nos fez perceber que eles se encontravam em número exponencialmente maior no estado paulista do que no mineiro. Por isso, analisamos os dados censitários de cada um

destes estados para a composição do mercado livre de trabalho no final do século XIX, com o quadro populacional estabelecido nestes espaços em meados do século XX.

Minas Gerais, como demonstrado pelo Censo de 1872 (Tabelas I e II), foi escolhido para este trabalho por se tratar de uma região onde foi feito um dos últimos censos que aborda a raça, até o hiato que se encerra em 1940, e tinha uma porcentagem de pretos e pardos que ultrapassava a metade da população do estado e estava em número relativamente superior ao seu vizinho fronteiriço, São Paulo. Esses dados são reflexo do poderio econômico mineiro no período aurífero, que fez com que “a província detivesse o maior plantel escravista do Brasil ao longo do século XIX” (BOTELHO, 2007).

Tabela I - Quadro da população livre e escrava considerada em relação à raça, estados selecionados, Brasil, 1872.

Província	População Livre				População Escrava	
	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos	Pardos	Pretos
Minas Gerais	830.987	598.813	207.154	32.322	106.656	264.803
São Paulo	443.432	151.306	56.539	39.465	45.152	111.460

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872, 1874, v. 1.

Tabela II - Percentual da população preta e parda em estados selecionados, Brasil, 1872.

Província	Total de pretos e pardos	População total	Porcentagem de pretos e pardos
Minas Gerais	1.177.426	2.039.735	57,73%
São Paulo	364.427	837.084	43,54%

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872, 1874, v. 1.

Ademais, ressalta-se que, além de comportar uma população preta e parda superior à de São Paulo, o contingente dos trabalhadores livres também era maior do que os paulistas (Tabela III), sendo a proporção de livres em relação ao total: 68,45% em Minas Gerais e 57,03% em São Paulo. Esse fator explicita dois aspectos importantes para a compreensão do final do século XX em Minas Gerais: a opção dos cafeicultores mineiros pela utilização da mão-de-obra nacional, visto que tinham à disposição um grande contingente de trabalhadores, e a insustentabilidade do regime escravista que, por meio de fugas e alforrias, além das leis que foram estabelecidas visando uma transição mais lenta, já compunham uma parcela menor da população quando comparados aos pretos e pardos declarados livres.

Tabela III - Proporção de pretos e pardos livres em relação ao total de pretos e pardos nos estados selecionados, Brasil, 1872.

Província	Livre	População total	Percentual de livres em relação ao total
Minas Gerais	805.967	1.177.426	68,45%
São Paulo	207.845	364.427	57.03%

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872, 1874, v. 1.

Minas Gerais, do final do século XIX até meados do século XX, era considerado o segundo maior exportador de café no país. Atrás apenas de São Paulo, a exigência dos produtores de ambos os lugares diverge profundamente. A área territorial para a expansão agrícola em Minas era reduzida, pois as maiores partes das terras já estavam apropriadas. Essa condição associada ao grande contingente populacional disponível fez com que as reivindicações se voltassem para “uma ação do Estado na criação de uma estrutura de transportes, de concessão de crédito farto e barato.” (LANNA, 1986). Portanto, ao decidir manter a população nacional recém-liberta, como mão de obra agrícola, delineia-se o quadro demográfico de 1940 (Tabela IV) no qual, apesar da porcentagem da população preta e parda ser menor se comparado ao censo de 1872, esse possui um distanciamento ainda maior do

valor obtido em São Paulo (Tabela V), visto que, em 1872, compunham 57,73% da população de Minas Gerais e 43,54% da de São Paulo, e em 1940, 38,63% e 12,01%, respectivamente.

Tabela IV - Quadro de população por cor em estados selecionados, Brasil, 1940.

Estado	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos	De cor não declarada
Minas Gerais	4.126.348	1.304.116	1.297.981	2.261	5.710
São Paulo	6.097.862	337.814	524.441	214.848	5.351

Fonte: IBGE, 1950, v. 2.

Tabela V - Comparação da porcentagem da população preta e parda em relação ao total em estados selecionados, Brasil, 1872 e 1940.

Estados	1872			1940		
	Pretos e pardos	Total	%	Pretos e pardos	Total	%
Minas Gerais	1.177.426	2.039.735	57,73%	2.602.097	6.736.416	38,63%
São Paulo	364.427	837.084	43,54%	862.255	7.180.316	12,01%

Fontes: Recenseamento do Brasil em 1872, 1874, v. 1; IBGE, 1950, v. 2.

Enquanto o censo de 1872 revelava contradições internas a respeito da existência do escravismo, frente à demanda internacional pela transição ao trabalho livre, além das demandas de setores nacionais que consideravam a estrutura escravista prejudicial, em 1940, o trabalho e a ordem capitalista haviam se consolidado, bem como eram crescentes as demandas por mão de obra, reveladoras de uma economia agrária.

Tabela VI - Comparação da população imigrante em relação ao total em estados selecionados, Brasil, 1940.

	População	Imigrantes
Minas Gerais	6.736.416	34.993
São Paulo	7.180.136	761.991

Fonte: IBGE, 1950, v. 2

A partir da tabela VI, ressalta-se a disparidade na quantidade de imigrantes entre Minas Gerais e São Paulo, no período de 1940, que reflete mudanças no cenário nacional e local, iniciadas no século XIX com a transição para o trabalho assalariado. Em Minas Gerais, o número de imigrantes representava 0,51% da população, enquanto em São Paulo, esse valor aumenta para 10,61%. Dessa forma, a intensificação da imigração decorreu de alterações na dinâmica mundial, principalmente no continente europeu, local de onde vinha a maior parte desses imigrantes, bem como dessas mudanças internas que passaram a ser bases para a economia. Frente às crises no cenário internacional, as políticas nesse período se voltaram à industrialização e à centralização política e econômica internas:

Sobrevinda a “Grande Depressão”, a violenta compressão na capacidade para importar e os mecanismos acionados pelo estado para a defesa do nível de renda da cafeicultura desencadeariam nova forma de crescimento industrial. O maior beneficiário, obviamente, teria de ser o compartimento industrial mais avançado do país, isto é, a indústria paulista, que consolidada, dessa forma, a conquista de seus mercados “exteriores” no restante do país (CANO, 2007, p. 264).

Nessa lógica, o país recebeu significativo contingente de imigrantes, porém o número de imigrantes em São Paulo tinha destaque e era substancialmente maior do que em Minas Gerais. Botelho (2007) argumenta que Minas Gerais não foi um centro de contenção de imigrantes, devido à existência de mão de obra abundante, em detrimento de São Paulo, que dependia da mão de obra do imigrante, continuando a focar suas políticas no âmbito rural. O autor, porém, ressalta a existência de migrantes de outros estados, como Rio de Janeiro e a região do Nordeste, principalmente da Bahia, que se fixaram temporariamente em Minas Gerais indicando “o papel de passagem que o Estado representava para aqueles que se dirigiam aos pólos mais dinâmicos da economia brasileira” (BOTELHO, 2007).

As políticas de imigração do próprio estado de São Paulo, como a instituição de núcleos coloniais (CANO, 2007), passaram a subsidiar grandes números de imigrantes, ratificando que as medidas locais foram mais efetivas do que as políticas nacionais. Dessa forma, como exposto na Tabela VI, São Paulo teve em sua população um número significativo de imigrantes que fortaleceram o estado, tendo como base econômica as fazendas cafeicultoras. E, apesar de existirem dificuldades em manter esses imigrantes no âmbito rural, os subsídios tiveram bons retornos financeiros, que não somente fizeram a região crescer com o comércio cafeicultor, como também favoreceu o desenvolvimento industrial, que se destacou no cenário nacional.

Minas Gerais: questão da permanência dos homens e mulheres ex-escravizados

Apesar de existir um potencial para o aprofundamento do campo de estudo da transição do trabalho livre para o assalariado em Minas, devido à existência de mais estudos, cujo foco é somente a Zona da Mata, como sinalizado por Cosentino (2004), ecoa-se uma discussão de vasta importância fora do recorte estadual. Na segunda metade do século XIX, a totalidade do país se viu na mesma transição como consequência do fim do tráfico negreiro, em 1850, que culminaria na Lei Áurea, em 1888. A partir de então, diminuiu-se a mão de obra escrava, devido a essa transição e ao seu encarecimento. Dessa maneira, Minas Gerais passou a utilizar trabalhadores livres locais.

Havia uma grande presença de mão de obra livre que poderia ser utilizada na produção, no entanto, a maior parte dessa mão de obra estava ligada a uma agricultura familiar de subsistência. Dessa forma, esses trabalhadores eram irregulares, ou seja, não estavam disponíveis o ano todo para trabalhar nos grandes latifúndios, porque necessitavam de um período para cuidar de suas plantações. Com a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, muitas terras foram expropriadas, fazendo com que esse trabalhador livre tivesse que vender sua força de trabalho para conseguir se sustentar.

Admitidamente, estados diferentes contavam com proporções populacionais diferentes. De acordo com o censo de 1872, havia quatro estados com população de escravizados superior a cem mil indivíduos, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas

Gerais e Bahia. É importante destacar que Minas Gerais apresentava o maior contingente de escravizados:

Sabemos que a Província Mineira foi a mais escravista do século XIX e maior importadora de escravos durante a primeira metade dos oitocentos. Essa ampla presença de mão de obra escrava pode explicar por que a transição em Minas se deu com a utilização de uma mão de obra local, disponível na Província e composta basicamente por ex-escravos e livres (COSENTINO, 2004, p. 7).

Como ilustrado na tabela V, isso pode também ser observado no censo de 1940, no qual a população preta e parda também é uma cota substancial da população total, totalizando 38,63% da população total do estado. Isso diverge do perfil de outros estados brasileiros, podendo ser consequência da mão de obra livre inicial de Minas Gerais, que foi composta pela população local, formada de pessoas negras e pardas recém-libertas.

Cosentino (2004) também aborda que “não há como pensar a transição do trabalho escravo para o livre em Minas Gerais sem pensá-la de forma regionalizada” (CONSENTINO, 2004). Havia uma pluralidade econômica e cada região possuía suas especificidades, com setores voltados à subsistência e setores voltados à exportação, mostrando que as Minas Gerais não eram uma só. Desse modo, também ocorria um dinamismo no movimento da mão de obra, principalmente, após o fim do tráfico negreiro. As regiões com um maior desenvolvimento importavam escravizados das regiões menos desenvolvidas. Segundo Slenes (1988):

[...] a transferência de escravos teria sido feita de atividades orientadas para o suprimento da unidade doméstica (agricultura de subsistência e serviço doméstico) para o setor comercial, especialmente para as indústrias mais lucrativas (as de agricultura de exportação de acordo com o que presume a maioria dos historiadores). O grande tráfico interno de escravos, posterior a 1850, que se dirigia principalmente às fazendas de café [...] (SLENES, 1988, p. 462).

Foi o que ocorreu em 1872, na Zona Diamantina. Devido à queda na mineração de diamantes, houve uma diminuição da população escravizada. Um exemplo que ilustra o outro lado do que ocorreu na Zona Diamantina foi a região da Zona da Mata, que possuía uma economia voltada à cultura cafeeira. Entre 1873 até meados dos anos 1880 ocorreu um aumento de 9% da população escravizada naquela região, sendo que um contingente daquela população foi adquirido de outras de outras regiões de Minas Gerais (SLENES, 1988).

Como já apresentamos anteriormente neste trabalho, o estado de Minas Gerais não teve a participação proeminente da mão de obra imigrante, durante a transição para o trabalho livre, divergindo de outros estados, como por exemplo, o de São Paulo. A própria população interna se deslocou e locomoveu de forma a suprir a demanda gerada pelo declínio do tráfico de escravos e sua mão de obra até a suspensão definitiva desse. Corrobora assim, a especulação entre a relação do estado de Minas não ser um destino elegível para muitos imigrantes e a prontidão da própria população do estado em suprir o trabalho manual requerido. Em contrapartida, é também possível inferir outra sucessão dos fatos, de forma que a falta de imigrantes tenha influenciado na transição para o trabalho fazendo uso da população local.

Sabe-se que a província deteve o maior plantel escravista do Brasil ao longo do século XIX. Essa mão-de-obra relativamente abundante permitiu que a transição para o trabalho livre não dependesse tão profundamente da imigração estrangeira, como ocorreu em São Paulo. Apostou-se mais na fixação ao trabalho agrícola desse contingente de mão-de-obra já existente. Assim, supõe-se que a migração de negros para os maiores centros urbanos mineiros não tenha sido significativa, pelo menos até a década de 1930. (BOTELHO, 2007, p. 11).

Com a construção da nova capital mineira, a mão de obra escrava é impulsionada também por outro fluxo e deslocamento de pessoas. Além disso, houve um grande povoamento da capital devido às migrações de dentro do próprio estado, mais um exemplo da própria população se realocando para suprir a demanda, além do deslocamento populacional em prol de uma possível mobilidade social.

São Paulo: trabalhadores imigrantes

No contexto da transição para o trabalho assalariado, São Paulo foi protagonista, como abordado anteriormente, na recepção de imigrantes estrangeiros em território nacional. Nessa lógica, a movimentação dos imigrantes é pautada nos âmbitos econômico e social.

Mesmo com o fim da monarquia, o Brasil ainda era baseado em uma economia agrária, pautada no café, e, com isso, existia uma sujeição à produção monocultora. Nesse sentido, devido à capacidade de produção e da taxa cambial, as variações nos preços externos e internos causaram instabilidades na exportação de café, ocasionando assim crises sociais e políticas. Um exemplo disso, como abordado por Cano (2007), foi a crise ocorrida no ano de 1897, que perdurou até o período de 1910-1911, que desvalorizou consideravelmente os preços do café, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, principalmente no mercado europeu. Apesar disso, a economia cafeeira foi responsável por investir na industrialização e urbanização da cidade de São Paulo, que era conhecida como abordado pelas autoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), como a “metrópole do café”:

Pressionada pela prosperidade da lavoura cafeeira e pelas tensões derivadas do fim da escravidão no país, a antiga cidade se transformava na “metrópole do café”: um entreposto comercial e financeiro. Foi à época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base de veneno de cobra), da inauguração da iluminação elétrica e dos transportes públicos orquestrados pela estrada de ferro. Novas vias foram abertas, prolongaram-se velhas estradas, ampliaram-se largos, e surgiram novos jardins públicos (SCHWARCZ, STARLING, 2015. p.327).

Cabe ressaltar que, segundo Ana Lúcia Duarte Lanna (1986), em seu texto “O Café e o Trabalho 'Livre' em Minas Gerais-1870/1920”, o Estado de São Paulo vivenciou um crescimento da expansão da área cultivável, necessitando assim de mais mão de obra para a lavoura. Em vista disso, em 1878, no Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro com a participação de representantes de cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, São Paulo apresentou uma proposta voltada para a política imigrantista. O imigrante era visto como a principal solução para a mão de obra, pois o estrangeiro era trabalhador e capaz de dignificar o trabalho. São Paulo exige, assim, ajuda do Estado para promover e ampliar os direitos dos imigrantes.

Em função das precárias condições de trabalho ou por terem experiências e/ou pretensões na área industrial, de serviços e de comércio, houve o deslocamento de muitos imigrantes das regiões rurais para as zonas urbanas. Com os investimentos em infraestrutura e a ampliação dos centros urbanos, a cidade de São Paulo acabou se tornando atrativa para parte desses imigrantes, uma vez que muitos já exerciam alguma profissão no país de origem, como mecânicos, ferroviários, construtores, comerciantes, entre outros. Esse fato corroborou para

ampliar a classe operária no Brasil, com o desenvolvimento dessa classe e um maior investimento na área industrial. Ao mesmo tempo, a urbanização ainda bastante rudimentar e o número crescente de habitantes fez com que os problemas de infraestrutura se agravassem. A falta de moradia, por exemplo, acarretou os primeiros aglomerados da cidade, expressando a enorme desigualdade social. Além dela, havia também a falta de saneamento básico, que preocupava a população por medo do desenvolvimento de epidemias.

De acordo com Rocha (2007), dentre os imigrantes que vieram para São Paulo, temos os portugueses, com o predomínio do sexo masculino, vindos de Açores e de províncias do Noroeste de Portugal, que se destinavam à lavoura de café e à agricultura. Entretanto, no fim do século XIX e início do século XX, o maior fluxo de imigrantes era de italianos, com o predomínio da imigração familiar. Esses italianos vinham de regiões mais empobrecidas da Itália, como a região de Vêneto, e a maioria se instalou nas fazendas de café de São Paulo, sob o regime do colonato.

Os espanhóis ocuparam o segundo lugar entre os estrangeiros que vieram para São Paulo. Eles eram pobres e poucos instruídos, sendo trazidos principalmente camponeses da Galícia, donos de pequenas glebas e trabalhadores rurais. Esse foi o grupo que mais trouxe filhos, pois houve um predomínio da imigração familiar. Destinavam-se para as lavouras de cafés paulistas e para cidades do interior do estado. Os bairros da cidade de São Paulo onde eles se instalaram foram: Mooca, Ipiranga e Brás, e suas ocupações variavam, desde operários em fábricas de construção civil e estrada de ferro até toda sorte de comerciantes e proprietários de pequenos negócios como padarias (ROCHA, 2007).

Segundo a mesma autora, a década de 1920 foi o período com o maior número de imigração alemã para o Brasil. Eles vinham, sobretudo, da Holanda, pelo porto de Amsterdam e de Hamburgo. Eram pobres e provinham de regiões rurais da Alemanha. Dirigiram-se aos núcleos coloniais paulistas e, após 1918, destinaram-se à cidade de São Paulo, instituindo o maior núcleo urbano de alemães. Os japoneses também foram outro grupo importante, apesar da imigração ter ocorrido em um período mais afastado das demais, já na primeira década do século XX (ROCHA, 2007).

Considerações finais

O conceito de trabalhador livre ainda precisa ser definido. No final do Século XIX e início do Século XX, ainda não se abordava de forma ampla tal conceito. Pensar nesse trabalhador que, infelizmente, ainda estava inserido numa mentalidade de exploração do trabalho é algo ainda a ser explorado pelos historiadores. Enquanto em São Paulo tivemos um desenvolvimento pautado na imigração e na industrialização, Minas ainda se preocupava em entender como inserir no trabalho esses habitantes que, até pouco tempo, eram considerados escravos.

O processo de mudança, em Minas, perpassa pela ideia de modernização, porém, as principais comarcas auríferas e agrícolas não acompanharam esse desenvolvimento. Em Juiz de Fora, tivemos as primeiras mudanças no que tange à indústria, principalmente na escoação da produção. Porém, a sociedade em geral das Minas Gerais persistia em diferenças, o que retardou o crescimento de algumas cidades, em detrimento de outras. São Paulo, por causa da urbanização, teve uma afluência populacional maior do que Minas Gerais em 1940, haja vista que em um determinado período da História, em especial no Brasil Colonial, Minas Gerais deteve uma quantidade populacional superior à Comarca de São Paulo, enquanto, a partir da Primeira República, São Paulo se tornou um estado com número de habitantes superior às Minas Gerais.

A imigração no Brasil, no período de 1888, colaborou com o desenvolvimento urbano das cidades e transformou o estado de São Paulo em um território em desenvolvimento para a época. A antiga cidade de São Paulo perpassou por um crescimento urbanístico industrial com o investimento do capital advindo da produção cafeeira. Enquanto isso, existe um cenário diferente no estado de Minas Gerais. A maior parte da demanda de mão de obra nesse estado foi suprida por trabalhadores desse mesmo território, remanejando o contingente populacional para suprir essa demanda dentro do próprio estado, de forma que houve uma migração interna de regiões diferentes dentro de Minas, fazendo com que não fosse tão necessária a vinda de imigrantes estrangeiros. O crescimento populacional nos dois estados federativos ocorreu em razão do cenário econômico e da busca pelo Bem-Estar Social, além do advento da Primeira Grande Guerra Mundial, que ocasionaram o aumento das aglomerações populacionais na área urbana e o aumento da agricultura familiar.

No Século XXI, os cidadãos conheceram um Estado repleto de empregabilidade com garantia de direitos, conquistados através das forças sindicais, principalmente no período do

Estado Novo, no qual o estado de Minas Gerais também teve um papel importante na política e na economia. De tal forma, ainda precisamos pensar como incluir trabalhadores que precisam se desenvolver perante uma sociedade desigual, com trabalhadores em núcleos rurais que se submetem a trabalhos característicos da exploração análoga à escravidão. É necessário pensar também como formalizar uma sociedade com meios de subsistência eficazes para a população em geral.

Os questionamentos sobre a construção do trabalho no estado de Minas Gerais podem ser analisados em distintas vertentes, mas o objetivo aqui apresentado foi de estabelecer uma comparação demográfica entre os estados de Minas Gerais e São Paulo e como esses estados passaram pela transição para o trabalho livre. É necessário apresentar propostas mediante o cotidiano, tanto no âmbito político quanto no social, substancialmente dos habitantes das cidades do interior, pois é através do diálogo e conscientização de uma classe esquecida na construção dos direitos trabalhistas no Século XX que a mudança pode acontecer.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 9, n. 12, 2007. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A055.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- CAMPOLI, Frederico. **Camponeses de Engenho e Arte: História e Geografia dos Imigrantes Italianos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Manuscritos, 2003.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 2007.
- COSENTINO, Daniel do Val. **A Transição para o trabalho livre em Minas Gerais: Um estudo a partir dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do Recenseamento de 1872**. Monografia (Faculdade de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1874[?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 19 jun. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1940. População e Habitação**. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 19 jun. 2021

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Café e o Trabalho "Livre" em Minas Gerais-1870/1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 6, n. 12, 1986.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890 – 1920**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

VILLALTA, Luiz Carlos. RESENDE, Maria E. Lage. **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica. Companhia do tempo, 2007.